

COMUNICADO DE IMPRENSA

Zurique, em 17 de novembro de 2018

O Brasil proíbe o paraquat – Syngenta exerce pressão nos bastidores com o apoio da Suíça.

O Brasil juntou-se à lista dos Estados que proíbem o uso do herbicida paraquat devido a sua elevada toxicidade. Syngenta, seu principal fabricante, toma medidas para convencer as autoridades brasileiras a rever sua decisão. Informações confidenciais mostram que o gigante de Basileia participou na organização de uma viagem de parlamentares brasileiros influentes à Suíça em colaboração com as autoridades desse país. A delegação deveria ter sido recebida hoje em Berna pelo Secretário de Estado da formação, pesquisa e inovação. Devido à presença de Public Eye e Multiwatch que protestaram contra a participação da Suíça nos esforços de lobbying de Syngenta a fim de promover pesticidas perigosos proibidos no próprio território, o encontro foi cancelado à última hora.

A Agência de Vigilância Sanitária brasileira (ANVISA) decidiu, no dia 19 de setembro, proibir o paraquat devido a vários casos de envenenamento, a suas ligações confirmadas com a doença de Parkinson e a seu potencial mutagênico. Um golpe duro para Syngenta, que realiza mais de metade de suas vendas de paraquat no Brasil. Sob a pressão do poderoso lobby agroindustrial, a entrada em vigor dessa proibição foi adiada a 2020. E poderá ser questionada se estudos provando a inocuidade do produto forem apresentados até lá.

Syngenta toma medidas nos bastidores para convencer as autoridades brasileiras a rever essa proibição e a flexibilizar a regulamentação em vigor. Um grupo de parlamentares brasileiros estão atualmente no nosso país para descobrir “as receitas de sucesso da Suíça em matéria de inovação”, a convite da câmara de comércio Suíça-Brasil. Documentos internos mostram que Syngenta está manobrando. A maioria dos participantes fazem parte da “Frente Parlamentar da Agropecuária” que defende os interesses da agroindústria no parlamento brasileiro. Desempenharam um papel fulcral para fazer a ANVISA rever suas ambições no tocante à proibição do paraquat. Esse grupo está igualmente na origem de um projeto de lei destinado a retirar-lhe suas competências em matéria de homologação de pesticidas, a fim de as atribuir ao Ministério da Agricultura, dirigido por Blairo Maggi, o muito controverso “rei da soja”. O Brasil é um mercado prioritário para Syngenta: suas vendas de pesticidas atingem aproximadamente 2 bilhões de dólares por ano, ou seja 20% de seu faturamento neste domínio.

A Confederação apoiou oficialmente a organização dessa viagem. A delegação deveria ter sido recebida hoje pelo Secretário de Estado da formação, pesquisa e inovação, Mauro Dell’Ambrogio. Devido à presença de Public Eye e Multiwatch que protestaram contra a participação da Suíça nos esforços de lobbying de Syngenta a fim de promover pesticidas perigosos proibidos no próprio território, o encontro foi cancelado à última hora. Em uma carta endereçada ao conselho federal Schneider-Ammann, a Campanha brasileira contra os agrotóxicos denuncia essa duplicidade de critérios que representa uma violação dos direitos humanos.

Mais informações [aqui](#) ou junto de :

Laurent Gaberell, Public Eye, Agricultura, biodiversidade e propriedade intelectual
076 379 39 21, laurent.gaberell@publiceye.ch

Roman Künzler, Multiwatch AG Syngenta,
079 403 22 30, basel@multiwatch.ch, www.multiwatch.ch

Um programa carregado

Os deputados brasileiros começaram sua estada na Suíça segunda-feira, visitando o World Food System Center do EPFZ, onde Syngenta financia uma cátedra controversa sobre “agroecossistemas sustentáveis”. Foram em seguida ver as instalações de Philip Morris. Ontem visitaram a sede de Syngenta e seus laboratórios de desenvolvimento de novos pesticidas. Depois de seu encontro no Secretário de Estado da formação, pesquisa e inovação, acabarão sua digressão no Instituto federal de propriedade intelectual.